

APRESENTAÇÃO

Governos de Esquerda na América Latina

O ano de 2016 parece marcar o fim de um ciclo na América Latina, aquele marcado pelo que se denominou, com exagerado otimismo, de *onda progressista*. A origem do mesmo está ligada aos dramáticos acontecimentos ocorridos na Argentina, em 2001, com a impactante crise político-econômica que se impôs como brutal ponto de inflexão para toda a região. De fato, o *Argentinazo* foi a maior demonstração da falência do neoliberalismo como projeto de desenvolvimento econômico e a explicitação do terrível custo social a ser pago em um país que, até então, era visto como aquele que tinha atendido, de forma inequívoca e entusiástica, todas as recomendações dos organismos financeiros internacionais.

Enquanto se acirrava a crise argentina, ascendiam, entre outros, Hugo Chávez na Venezuela (1998), Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil (2002), Tabaré Vázquez no Uruguai (2005), Evo Morales na Bolívia (2006), Daniel Ortega na Nicarágua (2006) e Rafael Correa no Equador (2007). A direita neoliberal via esgotado seu ciclo eleitoral nas eleições majoritárias. De certa maneira, a sequência de vitórias da centro-esquerda se mostrou sintonizada com as demandas represadas dos setores populares. Por mais que as novas administrações propusessem mudanças econômicas muito tímidas nos aspectos essenciais, defendiam o resgate do papel do Estado como fator de equilíbrio nas relações assimétricas entre a sociedade e o mercado, bem como apresentaram uma sensibilidade social que quase não existiu nos governos neoliberais anteriores. De qualquer forma, como já havia assinalado Frank Gaudichaud, não havia ocorrido nenhuma ruptura substancial desde o ponto de vista da mudança estrutural; ao contrário, haviam sido preservadas “uma gestão econômica respeitosa da economia de mercado, da propriedade privada dos meios de produção e dos investidores, mantendo continuidade com a política dos governos anteriores”. Com essas palavras ele questionava a profundidade de uma “guinada à esquerda” real, na América Latina.¹

A estabilidade econômica foi um elemento comum nessa *onda progressista* que se espalhou pelo continente e demonstrou fôlego surpreendente, possibilitando, em quase todos os casos, a revalidação continuista das administrações via reeleição ou garantindo sucessores, tudo mediante um pragmatismo e uma política de alianças que, em certos casos, se mostrou constrangedora aos olhos dos próprios militantes, eleitores ou simpatizantes.

O refluxo das pressões em relação à adoção do ALCA, bem como a definitiva reincorporação de Cuba na comunidade latino-americana pareceram sintomas de pujança política e mostraram a eficácia de certas iniciativas integracionistas. Por outro

¹ GAUDICHAUD, Franck (dir.). *El volcán latinoamericano: izquierdas, movimientos sociales y neoliberalismo al sur del Río Bravo*. 2010. Endereço eletrônico: <http://www.rebellion.org/docs/115701.pdf> Acesso em 10/05/2011.

lado, as esperançosas expectativas iniciais com a reforma agrária, o freio nas privatizações, a defesa do controle dos recursos naturais e o reconhecimento dos direitos dos povos originários fizeram pensar que estas demandas históricas finalmente seriam atendidas superando a crônica retórica proteladora. Da mesma forma, um grande consenso regional em favor da consolidação da democracia formal, parecia não deixar espaço para aventuras e retrocessos autoritários. Contudo, as iniciativas golpistas na região foram maquiadas e renovadas: às tentativas fracassadas de golpe contra Chávez (2002) e separatismo na Bolívia (2008), se seguiram intervenções bem sucedidas que destituíram o presidente hondurenho Manuel Zelaya (2009), Fernando Lugo, no Paraguai (2012) e, em 2016, a presidenta do Brasil Dilma Rousseff.

Ou seja, a positivização da “onda progressista” não pode esconder as fragilidades regionais, a persistência de bolsões golpistas no interior de certos países, as tensões militares em algumas fronteiras assim como a inaceitável permanência de tropas latino-americanas no Haiti (a bandeira da ONU não consegue esconder a imprecisão entre o papel de proteção ou de ocupação).

Inegavelmente, o enfrentamento da desigualdade social, mesmo que feito através de meios de inclusão que funcionaram como paliativo, ações ineficientes ou insuficientes, é outro fator comum desses governos. O mesmo reconhecimento pode ser feito a um processo de integração regional (político, econômico e infra-estrutural) que avançou concretamente, apesar das contradições, recuos ou presença de questões bilaterais. A liderança do trinômio constituído pelas administrações Lula-Kirchner-Chávez, apesar de suas diferenças estratégicas e de atuação, apontou positivamente no sentido de consolidar uma unidade de ação inédita na história do subcontinente procurando limitar a forte presença dos EUA (em uma época de recuo); a criação da Telesur, do PARLATINO, da UNASUL e a caminhada para o estabelecimento de um Conselho de Segurança Regional (sem a presença da superpotência) atestam esse voluntarismo político.

Na América Latina, novos protagonistas irromperam no tempo presente; setores de população voltaram a recuperar a esperança tantas vezes perdida ou expropriada, e a acreditar em mudanças que não beneficiassem somente o capital, as oligarquias, a burguesia e as transnacionais. Para tanto, o fortalecimento da autonomia dos movimentos sociais teria que ser uma das questões-chave para impedir o efeito burocrático e a degeneração propiciada pela política de alianças espúrias visando governabilidade (caso do Brasil).

Nos últimos anos, os sintomas de esgotamento do modelo foram se evidenciando. Apenas em um contexto muito favorável era possível simultaneamente manter uma política econômica que mantinha intocada a remuneração do capital financeiro transnacional e conseguir melhoras significativas, ainda que parciais e limitadas, nas condições de vida das classes trabalhadoras. Este quadro modificou-se quando a crise internacional, a queda do preço dos produtos primários no mercado mundial e a diminuição dos investimentos reverteram este cenário favorável. A riqueza não foi tributada, os bancos não deixaram de ser socorridos nem a mídia

corporativa deixou de ser cortejada. Uma relação promíscua se estabeleceu com um novo núcleo de corporações que receberam porções apetitosas dos investimentos nacionais e de estímulos para atuarem no projeto de integração regional. No caso do Brasil, no plano político, a direita intensificou mobilizações e foi ocupando maior espaço nas ruas, no parlamento e nos meios de comunicação enquanto o governo progressista nada fez ante a ofensiva do crime organizado e a invisibilização do massacre e extermínio de milhares de jovens negros e pobres. Denúncias diretas ou indiretas de corrupção, contra os círculos concêntricos dos governos nacionais, se combinaram com os efeitos negativos da crise econômica e produziram acelerada e devastadora alteração na relação de forças. A rápida erosão do governo Maduro, a derrota eleitoral do projeto continuista do kirchnerismo e o processo de impeachment no Brasil constituem sinais concretos da mudança da tendência política com uma galopante projeção de reversões das políticas sociais implementadas pelo ciclo anterior.

Os textos publicados no dossiê *Governos de esquerda na América Latina* voltam-se para estas experiências, ressaltando que a própria caracterização destes governos como de esquerda deve ser objeto de debate e problematização. A intenção é ampliar e aprofundar o debate, realizando-o a partir de intervenções que priorizam aspectos distintos e que assumem diferentes perspectivas. A América Latina sempre foi um cenário importante da luta de classes, inclusive pelos desafios teóricos e políticos que abriu e continua a abrir. Para nossa revista, são desafios a serem enfrentados com as armas da crítica mobilizadas por estratégias que incluem o diálogo entre os que, como nós, entendem que a luta de classes é chave para interpretar a história. Com este princípio foram reunidos os textos deste dossiê.

O artigo de Aline Pandolfi, *A socialização dos meios de produção nos primeiros anos da Revolução Cubana*, analisa o início do processo de socialização dos meios de produção em Cuba. Ressalta-se, como questão chave, o duplo aspecto da estatização-nacionalização da infra-estrutura produtiva e dos sistemas de financiamento, confrontando tanto os interesses da oligarquia local quanto o dos grandes consórcios transnacionais (em sua grande maioria estadunidenses). O texto explana, ainda, sobre a ruptura da submissão do trabalho ao capital, o papel essencial da planificação estatal no processo, a questão da terra e a criação de instrumentos revolucionários com o sentido de organizar e garantir o socialismo em gestação.

Em *Quinze anos da IIRSA: um balanço crítico* Fábio Luis Barbosa dos Santos aborda a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sulamericana e seu lugar nas relações entre os países da América do Sul. Com esta análise, o autor proporciona um olhar transversal sobre as políticas de integração no subcontinente, em especial o papel cumprido pelo Brasil e avalia criticamente o alcance desse processo.

Mariana Bruce em *O Poder Indígena e a Reescrita das Lutas na Contemporaneidade: uma experiência a partir da Bolívia* analisa as potencialidades emancipatórias da comunidade indígena, retomando à luz da experiência boliviana recente a obra de José Carlos Mariátegui. A relação entre os processos de luta indígena

e de outros setores subalternos é debatida em sua relação com a ascensão de Evo Morales à presidência.

Os três artigos que tratam do processo brasileiro expressam distintas perspectivas de análise da experiência dos governos petistas, constituindo-se em elementos de um debate em aberto e que precisa ser amadurecido para que se constitua um balanço deste processo desde uma perspectiva marxista. O artigo *Para a crítica do campo democrático popular: Carlos Nelson Coutinho e a socialização da política*, de Pablo Polese, passa em revista os fundamentos teóricos da elaboração estratégica máxima do Partido dos Trabalhadores, o Programa Democrático Popular. Para o autor, é na obra de Carlos Nelson Coutinho que devem ser localizados aqueles fundamentos, o que o leva à crítica da abordagem proposta por Coutinho para o problema da revolução brasileira.

Fernando Marcelino, em *Os sentidos do Dilmismo: um debate com André Singer* retoma questões abertas a respeito do programa econômico do primeiro governo Dilma Rousseff e de seu fracasso. Recuperando a análise de André Singer, o autor identifica “importantes passos à esquerda” que teriam sido dados então pelo governo até ser atingido pela reação da burguesia, a que o governo teria finalmente cedido, abandonando o desenvolvimentismo. Seu artigo faz, ainda, a avaliação política deste retrocesso.

O artigo de Armando Boito *Uma crise no caminho do desenvolvimentismo* analisa o que ele chama de “esgarçamento” da frente política que deu sustentação à política econômica neodesenvolvimentista dos governos petistas. A crise que derrubou as taxas de crescimento da economia teriam fragilizado aquela frente e aberto o flanco para o ataque de uma composição política “neoliberal ortodoxa”.

A edição se completa com outros dois artigos e uma resenha. Em *Uma breve reflexão sobre a trajetória política do intelectual Octávio Brandão*, Denílton Azevedo discute a trajetória do comunista alagoano Octávio Brandão, abordando o processo de sua formação política e filosófica em seus diferentes momentos e sua atuação junto ao movimento operário. No artigo *Fascismo e Imperialismo – Um complexo jogo de grande política*, Leonardo Sartoretto discute o processo de ascensão do fascismo na Itália, articulando a compreensão de um conceito amplo de fascismo com as especificidades do processo concreto de constituição da experiência italiana. Finalmente, Bernardo Soares Pereira resenha criticamente o livro *América Latina en la geopolítica del imperialismo*, de Atílio Borón.

Esta edição é lançada nos marcos de um novo contexto político no país, com a consumação de um Golpe institucional que depôs o governo eleito de Dilma Rousseff sem que fosse provada a existência de um crime de responsabilidade e instituiu um governo ilegítimo, que articula em torno de si os grupos políticos e empresariais mais reacionários e obscurantistas. Dentro da diversidade de posições teóricas e políticas constituintes do vasto campo do marxismo que integram o coletivo de *História & Luta de Classes*, são muitas e variadas as avaliações e o balanço político

sobre a experiência dos governos petistas. Isto não impede que proclamemos uma clara e enfática condenação do Golpe, reafirmando que o governo liderado por Michel Temer é inteiramente ilegítimo. O cenário atual é marcado pelos múltiplos e variados ataques aos direitos dos trabalhadores e pelo projeto de desmonte do serviço público, em meio a uma brutal escalada repressiva que visa limitar o direito de manifestação. A resistência a estes ataques é necessária e urgente, e *História & Luta de Classes* manifesta seu mais incondicional repúdio ao presidente golpista e seu ilegítimo governo.

Setembro de 2016

Gilberto Calil
Editor

Enrique Serra Padrós
Eurelino Coelho
Vicente Neves Ribeiro
Coordenadores do Dossiê